



Eixo2. Territórios em Disputa

**AS CONTRADIÇÕES EXISTENTES NA RELAÇÃO DA MARINHA DO
BRASIL E A COMUNIDADE NEGRA RURAL DE RIO DOS MACACOS -
SIMÕES FILHO - BAHIA**

Marcelo Mota

marcelo.marcelomota@gmail.com

Universidade Federal da Bahia, Grupo de Pesquisa GeografAR

Tiago Rodrigues Santos

tiagociso@hotmail.com

Universidade Federal do Oeste da Bahia, Grupo de Pesquisa GeografAR

Resumo

A Hemeroteca do GeografAR é uma rica fonte de indícios para que a pesquisa em curso que contempla as comunidades tradicionais negras rurais e urbanas do Estado da Bahia, ou seja, os “Quilombos”, entender como se formaram e sua geo-história é a finalidade da pesquisa que nos períodos dos governos ditos de esquerda compreendeu que o conflito infelizmente é presente antes, durante e depois do processo de regularização do território. Apesar da questão agrária presente e de que se avançou na legislação quanto ao direito dos territórios quilombolas no governo do então presidente Lula com o decreto nº4. 887, de 20 de novembro de 2003 que normatiza que se reconhecer Quilombola como já suficiente para o reconhecimento das comunidades “Quilombolas,” o centenário Quilombo Rio dos Macacos na periferia da região metropolitana de Salvador luta até o presente momento com a Marinha do Brasil para poder ter uma entrada independente para o Quilombo que só teve parte do seu território reivindicado regularizado pelo Estado. A Geo - História do Quilombo Rio dos Macacos é o exemplo que leis não são suficientes para garantia da preservação de culturas milenares, pois muitas vezes é o Estado o principal entrave para a regularização dos territórios das Comunidades Tradicionais por favorecer os interesses externos de grandes grupos econômicos e empresariais. Rio dos Macacos apesar dos contrários venceu e estabeleceu seu pequeno território em uma localidade cobiçada pelo Estado para expansão da Base naval de Aratu, mas que para os quilombolas é o reconhecimento pelo Estado brasileiro de que essas pessoas que hoje vivem ali são descendentes de escravizados que ali estabeleceram a Comunidade Negra Rural da liberdade que se chama Rio dos Macacos.

Palavras chave: Comunidade Negra Rural, território e conflito.

Introdução

O entendimento que se tem da pesquisa feita até agora se baseia em dados sobre a temática das Comunidades Negras rurais que começou a ter visibilidade somente nos últimos dois governos de Lula do (PT), a ser discutida realmente pela sociedade e foi à condicionante para o reconhecimento dessas comunidades pelo Estado que ficaram à margem da construção da sociedade brasileira devido ao racismo cultural e institucional que persevera até hoje infelizmente.

O conflito às margens da Baía de Aratu se tornou notório por envolver a Marinha do Brasil que se estabeleceu dentro do território de uma Comunidade Negra Rural com origem que remonta pelo menos trezentos anos segundo a Fundação Cultural Palmares. No ano de 1945 a Marinha do Brasil chega invadindo aquela espaço cuja ancestralidade é a única com direitos sobre aquele território que já foi território indígena outrora e desse momento em diante o conflito se instaurou acabando com perda da maior parte do território pelos quilombolas e por denúncias de violência da Marinha contra a comunidade e seus moradores. A Marinha do Brasil sempre negou as violências e que existissem pessoas que habitavam ali quando ela se instalou, mas não é o que diz o laudo da Fundação Cultural Palmares que atesta que a comunidade é centenária.

Com isso vão por terra todos os argumentos da Marinha do Brasil, como em uma notícia do Jornal a Tarde do dia 11/01/2013 que tem como título, **A verdade sobre o Rio dos Macacos**, DIAS, Monteiro, Fernando, Antônio, Vice - Almirante do 2º Distrito Naval contra o reconhecimento do território da Comunidade Negra de Rio dos Macacos, ou seja, quem tem permanecer no território segundo os direitos garantidos das comunidades quilombolas no artigo 68 e no decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 seria a comunidade. Mas para a Marinha do Brasil, não é bem assim, pois a lei no Brasil não é soberana como deveria ser e atende aos interesses da classe dominante que é rural e arcaica no seu modo de pensar e executar suas ações.

Para este artigo, foram coletadas notícias do Jornal a Tarde sobre a Comunidade Negra Rural de Rio dos Macacos e são dos anos de 2011 a 2017. O conjunto de notícias demonstra o quanto é difícil à luta das Comunidades Negras Rurais brasileiras e baianas nas trincheiras das leis e da legalidade principalmente em um momento histórico em que as instituições usam de medidas pouco democráticas em relação às políticas de

tratamento das questões que dizem respeito aos povos quilombolas e seus territórios e a sociedade brasileira em geral.

No período, 2011 a 2016, foram analisadas trinta e quatro notícias sobre a Comunidade Negra Rural de Rio dos Macacos, período do governo Dilma que tem sido considerado como governo que pouco fez e atuou frente à questão quilombola, sobretudo no quesito de regularização de territórios de comunidades negras rurais no Brasil e do governo ilegítimo atual que com o apoio do Agro Bisnes brasileiro que cobiça as terras quilombolas e pressiona o Estado brasileiro a tomar medidas em forma de leis deslegitimando a nossa constituição com perdas de direitos conquistados pelas Comunidades Negras Rurais lançando nova ofensiva de deslegitimar a luta e os direitos dessas comunidades pelo seu território.

O conflito vai ser a categoria escolhida para o entendimento desse trabalho sobre Rio dos Macacos entre as demais que foram utilizadas na pesquisa, (direito, reconhecimento, cultura e regularização), que permeia todo o histórico de luta atual da comunidade que bate de frente com a Marinha do Brasil que tem como medida estratégica a retirada dos afrodescendentes de Rio dos Macacos de seu território ancestral para que possa reorganizar um novo processo de territorialização pra as novas instalações da Base Naval de Aratu.

2. A Comunidade Negra Rural de Rio dos Macacos, um pouco de sua história.

A partir do ano de 1945 a Marinha do Brasil se apropriou de parte de um território que já pertencia a um grupo de famílias que se auto - reconhecem hoje como quilombolas, pertencentes a uma classe social que representa o campesinato negro desse país, o processo de desterritorialização levou a comunidade a perder grande parte do seu território depois de anos de violências sofridas devido à invisibilidade do conflito que começou a se tornar de conhecimento da sociedade a partir de 2007 e ficou notório a toda a sociedade baiana e brasileira devido à repercussão nacional e internacional dessa contradição no espaço de Salvador, Brasil.

A Marinha do Brasil construiu a base militar de Aratu dentro do território quilombola, represou o rio que abastecia a comunidade de mariscos e peixes, fechou o acesso à praia que era a saída para o mar e área de lazer para as famílias e nos dias de

hoje pretende fazer uma expansão na Base Naval que foi a principal causa desencadeadora do conflito na atualidade.

No ano de 2012 a comunidade recebeu uma ordem de despejo expedida pela 10ª Vara Federal - BA que colocou a comunidade em apreensão, a Marinha na época alegava que os moradores não eram quilombolas e que o território é da União, portanto os moradores eram invasores de terra pública. Mas as famílias de Rio dos Macacos conseguiram com que a decisão judicial fosse adiada por mais cinco meses, dando tempo para a articulação de enfrentamento das famílias. O medo de ter que ir embora é presente até hoje na comunidade que está traumatizada com essa situação causando inclusive perdas de entes queridos devido a esse processo que mutila a dignidade do próximo

De 2012 a 2017 as notícias contempladas nos levam a um panorama de total descaso do Estado brasileiro e ao mesmo tempo de prepotência e impotência o que denota que as forças armadas no Brasil ainda são um poder autônomo dentro de um Estado doente em que a corrupção é pratica evidente e se dá de forma exacerbada.

O ano de 2011 foi importante para os quilombolas de Rio dos Macacos devido à visita da relatora da ONU Raquel Rolnik a comunidade em que se constatou que a mesma vive em péssimas condições, as moradias estão caindo e precisa ter uma entrada própria que não passasse por dentro da base naval evitando assim confrontos entre quilombolas e soldados pois foram muitos os episódios de agressões, intimidações e ameaças.

Mesmo a constituição brasileira de 1988 reconhecendo através de seu do artigo 68 o direito de Rio dos Macacos sobre o seu território, depois da vistoria da FCP afirmando que a comunidade é centenária e seus moradores se auto - reconhecerem quilombolas a garantia de que a comunidade tenha os seus direitos respeitados é uma dúvida que incomoda e muito ainda a comunidade que vive de incertezas sobre o seu futuro e de seus familiares.

As contradições da luta de classes são antagônicas no conflito como mostram os recortes de jornais sobre Rio dos Macacos e o comportamento do Estado é de indiferença e isso é fica evidente com a sua negação em reconhecer o território da comunidade e ao mesmo tempo o *modus operandi* da Marinha se posicionando acima

do Estado muitas vezes como o de não permitir a entrada de técnicos do INCRA ou de outros órgãos do Estado a nível municipal, estadual e federal ou qualquer outra pessoa que não fosse da comunidade, mantendo a comunidade refém dentro de seu “próprio” território.

O entendimento de que o conflito é a base para a construção e materialização do território de Rio dos Macacos mesmo existindo na constituição brasileira uma lei vigente que fundamenta e dá direito a comunidade a seu território confirmado por laudo técnico da Fundação Cultural Palmares que seus membros são quilombolas e são os signatários de direito sobre essas terras ancestrais a comunidade quase foi expulsa por um Estado que junto com a sua sociedade nega - se a enxergar os seus contrastes tendenciosos a negação de direitos.

As comunidades quilombolas baianas são hoje segundo a Fundação Cultural Palmares 496 comunidades certificadas e a sua maioria não tem o título da terra expedido pelo INCRA, somente quatro comunidades na Bahia tem o título da terra expedido pelo INCRA outras parcialmente já que também o estado tem suas políticas sobre a questão quilombola que é também agrária como manda a lei devido à burocracia e descaso do Estado brasileiro que é adepto das contradições inerentes à questão agrária negra como o racismo institucional que inferioriza a diversidade pela cor da pele e (CONRAD, 1985), em os Tumbeiros retrata como se estruturou essa mentalidade.

Depois de muita luta e resistência e anos de incertezas a Comunidade Negra Rural de Rio dos Macacos finalmente teve uma parte apenas dos trezentos e sessenta hectares reivindicada regularizada, ou seja, 114 hectares e essa conquista de certo modo foi uma vitória devido à localização da comunidade em uma área de paisagens fantásticas, cobiçada pela Marinha e a indústria imobiliária e do turismo. Agora o que falta é que as políticas públicas destinadas às Comunidades Negras Rurais do país sejam efetuadas em uma comunidade carente de infraestruturas básicas.

O novo acesso para a comunidade por fora da base naval foi aberto evitando novas tensões entre soldados e membros da comunidade, e um muro foi construído pela Marinha obstruindo o acesso da comunidade a represa, ou seja, a água.

3. Resultados da pesquisa que teve das três fases:

Reconhecimento do material coletado da hemeroteca do GeografAR, que tem um banco com notícias sobre os conflitos agrários do Estado da Bahia e Brasil e entre elas notícias referentes à questão quilombola, “campesinato negro rural”, conceito derivado das conclusões de (MARTINS, 2014), derivadas do ensaio sobre o conceito de campesinato de Chayanov e sua importância para que se possa visualizar esse campesinato no campo brasileiro e entender o porquê ele é vivo e presente mesmo com o advento do neoliberalismo em seu ciclo final como protagonista da economia mundial.

A categoria “conflito” é o princípio que estrutura o fenômeno territorial da comunidade de Rio dos Macacos, fica sendo a categoria que vai expressar todas as contradições de o porquê existir um conflito entre Estado e quilombolas, uma comunidade centenária que se territorializa naquele espaço rural

devido ao racismo institucional de uma sociedade que até pouco tempo tinha a sua economia conformada na escravização de cidadãos africanos dos mais diversos territórios o que quer dizer de diversas nações da mãe África.

A pesquisa também demonstra a dificuldade da justiça na interpretação das leis que defendem as Comunidades Negras Rurais da Bahia demonstrando muitas vezes parcialidade do judiciário em favor de grupos pouco interessados nos direitos dos quilombolas sejam de Rio dos Macacos ou de outras comunidades, não fazendo a constituição ser soberana fazendo com que a lei não funcione em favor das comunidades.

A figura 1 e 2 demonstra como foi sistematizado cada recorte de notícias dos cotidianos, Jornal a Tarde e Folha de São Paulo.



Cada notícia depois de estar nesse formato deverá ser digitalizada e disponibilizada no banco de dados da página do GeografAR democratizando e tornando fácil o acesso desse rico acervo de dados referentes às Comunidades Tradicionais Negras territorializadas no campo rural baiano. Ao término da digitalização das notícias coletadas a atualização dos dados fica muito mais prática, dependendo muito menos tempo e trabalho e também devemos destacar que a visualização da geo - história e da problemática territorial fica muito mais fácil de ser visualizada e entendida, não ficando meramente subentendida por informações muitas vezes distorcida da realidade quilombola baiana.

Visualizamos agora algumas notícias sobre Rio dos Macacos já no formato de inserção no banco de dados do GeografAR:

a) Quilombolas pedem ajuda a Dilma na base, (Jornal á Tarde, 03/01/2012 pág,A9), CAROL, Aquino, TÁVORA Lúcio.

Na manhã de ontem, dia 03/01/2012, quilombolas do Quilombo Rio dos Macacos se reuniram na praia de São Tomé de Paripe para denunciar a Presidente Dilma os abusos da marinha do Brasil para com a comunidade. A presidenta se encontra de férias na Base da Marinha e os quilombolas com faixas e cartazes tentou chamar a atenção da

presidenta. Marinha proíbe vistoria do INCRA na comunidade. Direitos dos quilombolas são violados.

b) MPF - BA recomenda transferência de oficiais da Marinha, (Jornal a Tarde 16/01/2014, pág. 9), SILVA, Yuri.

MPF - BA recomenda a transferência dos quatro oficiais da Marinha envolvidos na "suposta" agressão sofrida pelos quilombolas Rosimeire Messias dos Santos e Ednei Messias dos Santos que alegam sofrer ameaças da Marinha por causa das denúncias. O Senador do PSOL Randolfe Alves visitou a comunidade a pedido do presidente nacional do partido Luiz Araújo. Um inquérito público foi instaurado pelo MPF - BA para apurar as denúncias dos quilombolas pelas agressões sofridas.

c) Vida no Quilombo Rio dos macacos é “subumana”, diz relatora da ONU, (Jornal a Tarde, 22/02/2014, pág. A 8), ADAILTON, Franco.

Segundo relatora da ONU a vida no Quilombo Rio dos Macacos é subumana onde os direitos dos quilombolas são violados.

d) Quilombolas rejeitam propostas do governo federal, (Jornal a Tarde, 07/05/2014, pág. 7), MACHADO, Priscila.

Os quilombolas de Rio dos Macacos rejeitam proposta do governo de um território de 86 hectares.

Esses são os dados colhidos dos jornais e sistematizados por categoria de análise sobre a Comunidade Negra Rural de Rio dos Macacos do ano 2011 a 2017,

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	total
Conflito	1	4	7	0	1	13
Reconhecimento	0	0	0	1	0	1
Direito	0	1	0	0	1	2
Regularização	6	1	0	0	1	7
Cultura	0	0	0	0	0	0
-----	7	6	7	1	1	23

4. Conclusões

As conclusões que foram feitas durante a pesquisa denotam o caráter violento na maioria das ações perpetradas contra a comunidade pela Marinha do Brasil que age como se a comunidade não existisse o que é mais um ponto de contradição devido o processo de territorialização forçada dos escravizados de África que com os seus descendentes preservam a chama da “reminiscência” acesa permanecendo o direito negado a terra a principal questão que o Estado brasileiro e a comunidade branca dominante não querem resolver, pelo contrário quer que se torne um fato geo - histórico invisível da maioria da nossa sociedade.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Manuel,Correa. **Lutas Camponesas do Nordeste**. São Paulo: Ática, 1985.

____. **Abolição e Reforma Agrária** São Paulo: Ática, 1987.

____. A questão do território no Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec. 1995. 135 p.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

CARVALHO, de Martins, Horácio, **Chayanov e o campesinato**, 1ª edição - Editora Expressão Popular, São Paulo 2011.

CONRAD, Edgar, Robert. **Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil**. Ed. Brasilense, 1985.

DÉCIO, Freitas. **Insurreições Escravas**. Porto Alegre, Ed. Movimento., 1976. FBA, vol. 2, n. 2, 2006. 115-147.

GERMANI, Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **Geotexto: revista da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia**. Instituto de Geociências/v.1, n.1, 2005. Salvador: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2005.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia**. Banco de Dados. Salvador, 2016. Disponível em: <www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 05/07/2016.

HAESBAERT, Rogério. **Omito da Desterritorialização: “Do fim dos territórios”**, 6ª ed.– Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião Negra**. 2ª ed. – Tudo é História, 12, ed. Brasiliense, 1ª ed. 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e QUENTAL, Pedro de Araújo. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. Disponível em <http://polis.revues.org/37-49>.